

O SINTOMA DA FAMÍLIA: EXCESSO, SOFRIMENTO E DEFESA

ROBERTA CARVALHO ROMAGNOLI

Psicóloga; Mestre em Psicologia Social (UFMG); Doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP);
Professora Adjunto III do Departamento de Psicologia (PUC-MG/ Unidade Betim).

Resumo: O presente artigo visa a promover algumas reflexões acerca do sintoma da família, partindo de uma leitura dos afetos na obra freudiana. Realizando uma interlocução com o pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari, o estudo aborda o sintoma como excesso disruptivo que transborda no psiquismo, e pode possuir um uso defensivo.

Palavras-chave: psicanálise; família; subjetividade; terapia familiar; sintoma.

THE FAMILY SYMPTOM: EXCESS, MISERY AND DEFENSE

Abstract: This article aims to reflect on the family symptom having as a frame of reference the concept of affect in Freud's work. Following Gilles Deleuze and Felix Guattari, this study regards the symptom as an excessive disruptive that overflows the psychic and may have a defensive use.

Keywords: psychoanalysis; family; subjectivity; family therapy; symptom.

Este trabalho tem como foco o sintoma que emerge no grupo familiar, como produção coletiva, apostando no diálogo entre a obra freudiana e as idéias de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Entendemos a produção freudiana como portadora de uma heterogeneidade inquestionável, que escapa à égide da verdade e situa-se como um discurso tensionado e aberto de possibilidades. A obra freudiana tem como característica singular o fato de não se sujeitar a apenas um esquema, mas permitir a coexistência de modelos de psiquismo distintos, que convivem lado a lado, não havendo exclusão ou eliminação de um pelo outro. Essa coexistência denuncia uma atitude de não-fechamento

e não-simplificação, promovendo diferenças, ao mesmo tempo em que possibilita o agenciamento de conceitos.

Com certeza, a força dos conceitos localiza-se fora deles, em sua potência de criar, em sua capacidade de associar idéias, incitar pensamentos, leituras, de entrecruzar linhas e pontos temporariamente arranjados, para mais adiante serem desconectados ou reconectados de outra forma. Como nos lembra o filósofo, “os conceitos são exatamente como sons, cores ou imagens, são intensidades, que lhes convêm ou não, que passam ou não passam” (Deleuze e Parnet, 1998, p. 12). Nesse sentido, os conceitos fazem vibrar, compondo realidades, possuindo um compromisso com o campo problemático que lhes dá sentido, gerando uma consistência que unifica traços intensivos, promovendo formas de expressão e estados de ressonância. Dessa maneira, acreditamos que agenciar a obra freudiana com a obra deleuziana e guattariana, no campo da terapia de família, é uma possibilidade.

Para quem trabalha com famílias é inevitável se deparar com a produção da teoria sistêmica acerca do grupo. Esse corpo teórico surgiu ligado à Biologia, à Teoria Geral de Sistemas e à Cibernética, e tinha como proposta a procura de um corpo teórico comum às várias disciplinas, que operasse mudanças no pensamento científico da época. Para tal, os sistêmicos defendem a idéia de sistema, noção que contém princípios organizadores que se aplicam às máquinas, aos seres vivos e aos fenômenos sociais e psicológicos. O sistema corresponde a uma complexidade definida pela existência de fortes ações recíprocas não lineares, funcionando como um circuito de interação global, guiado por retroalimentação.

Dentro desse raciocínio, como destaca Esteves de Vasconcelos (1995), a família é entendida como um sistema que regula a si mesmo, que se controla de acordo com regras externas e internas criadas em um período de tempo. Estabiliza-se e equilibra-se por meio dessas regras. O sistema, regido pela circularidade, oferece resistência à mudança, mantendo sempre que possível sua homeostase, uma vez que o modelo utilizado é o dos sistemas próximos ao equilíbrio. Esse sistema familiar mantém relações com o meio, como receptor de mensagens externas,

em que as intervenções do terapeuta serão incluídas, mas suas operações são eminentemente cerradas, ou seja, o trânsito da informação se dá prioritariamente entre seus membros, sendo que é esse fechamento que determinará o padrão de interação da família. O sintoma, dentro dessa perspectiva, é sempre uma disfunção que tem origem em alguma perturbação no sistema que ameaça a homeostase familiar. Tem sempre uma função estabilizadora de retorno ao equilíbrio da família.

Tendo como cliente a relação do grupo, esse corpo teórico tem como mérito a ênfase no funcionamento da família como um todo e o resgate da ação como comunicação e determinante de maneiras de relacionar-se, libertando-se do domínio hegemônico da representação. Possui várias escolas, cada uma com sua particularidade, mas todas perseguindo técnicas que exaltam a mudança da interação familiar. Mudança aqui tem o significado de reorganização interativa via alteração do padrão de comunicação, para que não seja mais necessária a produção do sintoma para a sobrevivência do grupo.

Essa leitura sistêmica fundamenta-se nos sistemas em equilíbrio. No entanto, com o desenvolvimento dos novos paradigmas, os sistemas em não-equilíbrio entraram em cena e causaram impacto no campo da Terapia de Família. Os novos paradigmas dizem respeito a uma série de mudanças no pensamento científico contemporâneo, ocorridas em diversos campos, todas orientadas para a complexidade e embasadas na premência de se trabalhar com o acaso, com o indeterminismo, com a incerteza.

Esse movimento destaca-se pela ênfase na recursividade, pelo afastamento da pretensão de objetividade, pelo reconhecimento do acaso e da auto-organização, centrando-se nos sistemas em não equilíbrio, também auto-organizadores, que passam a serem estudados pela física, pela química, pela cibernética e pela biologia. Esses sistemas são sobretudo complexos, e possuem estrutura autopoietica, ou seja, produzem a si mesmos e a outros sistemas, sem se submeterem a interações instrutivas, mas sim a processos recursivos pautados nas relações que estabelecem. Essa autocriação permanente é gerida pelo acaso, sendo impossível para o pesquisador precisar qual elemento será utilizado ou não, qual flutuação

será amplificada. Esses novos estudos alteram inclusive a visão do pesquisador, que deixa de ser mero observador, para também interferir em seus experimentos. Nesse sentido, o ato do observador, não mais imparcial, determina o que é evidenciado por meio da operação de distinção que efetua.

A partir dessas idéias, muda a leitura da família e o foco do tratamento, que deixa de ser o sintoma. O território familiar torna-se resultado das experiências de seus membros em relação. Território em que são construídas realidades, formas e maneiras de se organizar e de se colocar no mundo, que permitem a emergência de sujeitos, crenças e sintomas – o sistema terapêutico passa a ser um sistema autopoietico. O que significa afirmar que, no encontro com a família, o terapeuta pode construir e ser construído pela família, situando-se como co-construtor de realidades outras, nas quais o sintoma, se possível, não esteja presente¹.

Por outro lado, apesar das vastas e complexas teorias acerca da compreensão da função do grupo familiar na fundação do sujeito psíquico, a psicanálise não possui grande arsenal de intervenções para o terapeuta que se propõe a trabalhar com famílias. Embora possua alguma produção teórica, esse campo ainda é, em certo sentido, desvalorizado pelos próprios psicanalistas. As poucas escolas psicanalíticas que atuam com o grupo familiar ainda estão bastante centradas no Édipo, na determinação do inconsciente e no jogo identificatório que decorre desse percurso edípico. No campo da terapia de família, têm sido estudados no Brasil os chamados psicodinâmicos e as escolas inglesa e francesa de psicanálise de família.

Os psicodinâmicos, ou terapeutas familiares intergeracionais, são psicanalistas que se distanciaram da psicanálise tradicional em sua prática centrada no sujeito, associando a teoria psicanalítica com a teoria sistêmica, na década de 60. Baseados em Sigmund Freud e no conceito de identificações parentais, e focando suas técnicas na eliminação do sintoma, esses autores criaram uma série de leituras e procedimentos clínicos que, apesar de mesclarem modelos teoricamente diferentes, incrementaram a terapia familiar². Dentre eles podemos citar: Murray Bowen, Ivan Borzomeny-Nagy e Maurizio Andolfi (Elkaim, 1998).

Embora focalize seus estudos na conjugalidade, realçando a condição de transmutação da subjetividade presente nesse vínculo, Magalhães (2003) apresenta a seguinte classificação da psicanálise familiar: os teóricos das relações de objeto, os teóricos grupálistas e os teóricos das configurações vinculares. Os teóricos das relações de objeto – dentre eles, Donald W. Winnicott, Luiz Meyer e Otto F. Kernberg – destacam o interjogo das identificações projetivas na constituição da psicodinâmica familiar. Os teóricos grupálistas, influenciados pela psicanálise de grupo, enfocam o inconsciente compartilhado pela família, aparelho psíquico grupal que se constitui na junção dos espaços transicionais individuais. Essas idéias são defendidas por A. Ruffiot e Alberto Eiguer. Por sua vez, os teóricos das configurações vinculares, representados por Janine Puget e Isidoro Berenstein, priorizam os vínculos estabelecidos pela subjetividade. Esses vínculos se expressam tanto no intrasubjetivo, sustentado pelo Complexo de Édipo, quanto no transubjetivo, sustentado pelo macrocontexto social e suas implicações, e dessa forma promovem configurações que se baseiam na trama identificatória e se estendem para o social.

Grosso modo, podemos salientar que, nessa perspectiva, o sintoma familiar corresponde a uma regressão, a um aflorar do primitivo, vivência amparada em conteúdos narcísicos não elaborados, oriunda da indiferenciação psíquica, da fusão imaginária. Nesse processo, a repetição impera obstruindo qualquer possibilidade de criação de uma estrutura inédita, favorecendo a continuidade de psicopatologias entre gerações. Por meio da emergência do material recalçado no grupo, a família renuncia a sua função de conter as tendências regressivas. Essa perda é marcada pelo desencontro com o objeto originário, que impede a resignificação de experiências passadas e causa grande sofrimento vincular.

Não obstante as diferenças entre suas escolas, a psicanálise aborda a subjetividade como produto do triângulo edípico. Nesse sentido, a subjetividade é o resultado da relação com o outro. A criança, que nasce amparada por uma família, é a expressão dessa relação, sendo sustentada psicologicamente pelas amarras desejantes das funções parentais. Dessa maneira, deparamo-nos com a criatura humana como efeito de uma

estrutura familiar desejan­te inconsciente, como ocupante de um lugar no desejo de cada um dos pais, dependendo, para se constituir psiquicamente, do contato com outro sujeito.

Nesse contexto, a família concreta pode ou não se tornar cenário empírico no qual a tragédia edípica instaura sua marcha, encarnando fantasmas inconscientes em que funções são ativadas para a produção do filho-sujeito. Para o indivíduo que possui uma família e por ela é criado, esta configura naquele um mundo fantasmático inconsciente. Mundo em que o jogo pulsional é acolhido e ganha vida, em que as pulsões se atrelam a representações que são inscritas no psiquismo em que se exprimem afetos, que por sua vez operam intensamente por fluxos.

A família é o espaço onde todo esse processo se realiza, em que a história psíquica de cada um de nós começa a ser escrita. A subjetividade torna-se aqui produto da pulsão. Pulsão-energia. Energia que pulsa, colocando em funcionamento o humano, fundando o psíquico. Força que, à diferença do instinto, não é invariante e não está localizada no âmbito biológico. A psicanálise freudiana declara que a pulsão é excitação interna que se expressa como manifestação psíquica. Manifestação ambígua que se inscreve no psiquismo em duas dimensões, possuindo tanto registro qualitativo quanto quantitativo: movimento de representação e de afeto, respectivamente. Inscrição qualitativa que se articula no campo das representações e dos objetos, ligados à estrutura inconsciente: circuito pulsional que ordena a excitação e regula as instâncias psíquicas. Inscrição quantitativa do afeto, da força como energia bruta que visa sempre à descarga: impetuosidade pura, irreduzível a qualquer significado, correspondendo àquilo que excede, que sobra – pulsão de morte.

Analisando o discurso freudiano a partir desses dois registros da pulsão, Birman (1996) ressalta que este conceito foi enunciado pela primeira vez no texto *Três ensaios sobre a sexualidade*, em que se enfatiza o aspecto qualitativo da pulsão em detrimento do aspecto quantitativo (Freud, 1905). Imbuído do propósito de fundar uma ciência do determinismo psíquico baseada no inconsciente, Sigmund Freud insistiu

não só no atrelamento da pulsão às representações inconscientes, mas também na regulação desse aparelho psíquico pelo princípio do prazer. Princípio segundo o qual a *psique* procura evitar o desprazer advindo do aumento de excitação, perseguindo sempre o prazer presente na manutenção dessa homeostase. Mais do que um sentimento humano, o prazer – nesse sentido e em um primeiro momento na obra freudiana – é o produto da conservação da estabilidade no aparelho psíquico³. Com essa premissa, o registro quantitativo da pulsão é relegado a um segundo plano, vencido pela ânsia do equilíbrio, o qual é atingido pela ligação do excesso, do quantitativo, a uma representação reconciliadora. Nesse sentido, o afeto aflora como uma desordem, uma perturbação a ser reduzida instantaneamente para que o psiquismo se aquiete. O intensivo desloca-se para um segundo plano, cedendo lugar a toda uma elaboração acerca do Édipo e da castração.

A psicanálise, sobretudo em sua leitura estruturalista, enfatiza a subjetividade como produto da castração. Nesse contexto, a família sustenta funções estruturais para a produção do filho-sujeito. Sujeito edípico que se curva à ordem do estabelecido, ao ter acesso à linguagem. Esta, por sua vez, permite sua entrada na cultura humana. A estrutura familiar desejanse, que dá sustentação à linguagem, mostra-se primordial para a humanização. É no mundo fantasmático da família que o significante lingüístico pode ou não ser sustentado, e a palavra, simbolicamente adquirida. A aquisição da palavra, mediante a castração simbólica efetivada pela função paterna, introduz o sujeito na dimensão da cultura, possibilitando o acesso ao reino do simbólico, ser falante do seu próprio desejo⁴ (Bleichmar, 1984). Presenciamos assim a ênfase na representação inconsciente, a qual estrutura o sujeito em torno da determinação fálico-edípica, destacando seu posicionamento frente à castração.

Criticando essa hegemonia do qualitativo articulado com o campo da representação e ligado à estrutura inconsciente, Schneider (1993) faz o caminho contrário, e efetua um resgate do afeto nos primeiros escritos da obra freudiana. Na década de 1890, Freud enfatizava a dimensão quantitativa da pulsão. No entanto, em um esforço para fixar a pulsão em algo que não a extinguisse, essa força foi fixada na

representação, como foi dito anteriormente, sendo a saída encontrada no âmbito do modelo de aparelho psíquico da primeira tópica. Apesar de localizar-se, em um primeiro momento, entre o desamparo das forças afetivas e a recolocação dessas forças na forma intelectual e verbal, o fundador da psicanálise recua frente ao quantitativo e rende-se à lógica determinista e racionalista, buscando conferir sentido, e não intensidade, à energia pulsional. Contrariando essa separação, a autora aponta que, na verdade, há uma indissociabilidade entre o afeto e a representação. Verbalizar, falar, outorgar sentido também é encarnar, vivenciar, desbloquear fluxos que não têm nome e são intensos, evidenciando um processo de junção da palavra com o ato. É mediante essa associação que, em algum momento, algo se produz no espaço terapêutico.

Podemos pensar essa abordagem do duplo aspecto da pulsão – representação e afeto – por apenas um viés: apresenta-se como resultado de uma lógica disjuntiva. Essa lógica é problematizada por Deleuze e Guattari (s/d) como uma síntese excludente que, por não suportar as singularidades, efetua territorializações por meio de hierarquizações e classificações. Os autores partem do pressuposto que a realidade é pura produção, composta por singularidades e sustentada pelo desejo – aqui entendido como excedente de energia que impulsiona a subjetividade em múltiplas direções. Tudo o que existe é assim produzido, tanto para produzir o novo, como para produzir o que já foi produzido, ou até mesmo para impedir a produção; marcas ora afirmativas ora repetitivas. É importante ressaltar que todas essas produções são simultâneas e imanentes, caracterizando lógicas distintas. Dessa maneira, a lógica disjuntiva coexiste com a lógica conectiva, que ao contrário, atua para a conexão das singularidades. A lógica conectiva corresponde à produção de produção, enquanto a disjuntiva corresponde à produção de reprodução e à produção de antiprodução.

Retornando à pulsão e ao exercício de um pensar disjuntivo, observamos que este conduz ao endurecimento das formas de clinicar e ao encapsulamento do afeto na incapacidade de liberar-se, de vibrar, evitando que forças irrompam no psiquismo e na experiência psicanalítica. Sem dúvida, a fala e a interpretação apenas não conduzem à construção

de um novo território existencial, tampouco trazem saídas para todas as subjetividades. Descarregar deve estar associado ao falar, ao expressar o que é verbalizado, a dar corpo e forma à dimensão da força pulsional e ao afeto.

Vale lembrar que essa conjunção traz consigo a exigência da alteridade para a sustentação dessa manifestação. A alteridade possibilita conferir sentido ao que é encenado. Expressão e sentido emergem na rede de relações com o outro, sendo nesse tear que a força pulsional pode se exercitar e se inscrever no campo dos objetos e da representação:

O outro não figura, assim, apenas como simples testemunha encarregada de sancionar a demonstração emocional da criança, faz mais: confere um sentido, exercendo assim uma ação decisiva sobre o desenvolvimento qualitativo da vida afetiva (Schneider, 1993, p. 47).

Sem dúvida o discurso freudiano aposta na subjetividade marcada pela alteridade. Contudo, no decurso de sua atividade clínica, Sigmund Freud foi questionando a importância da palavra e seus efeitos curativos. Deparando-se com as dificuldades colocadas pelos fenômenos de repetição e dos sonhos traumáticos, postula o conceito de pulsão de morte. Esse conceito corresponde a uma força independente, que se localiza além do princípio do prazer, e diz respeito ao excesso e à intensidade (Freud, 1920). Excesso autônomo e que não se presta a ser representado. Intensidade que vibra e reverbera, potencializando marcas, percorrendo o psiquismo com avidez, retardando a tendência da pulsão a descarregar-se. Contra a harmonia reinstalada pelo princípio do prazer, e que liga esse excesso a uma representação, defrontamo-nos com a intensidade atrelada ao questionamento do sujeito da representação inconsciente, regido por esse princípio.

Esse raciocínio insere o conceito de pulsão não no campo do objeto e da representação, no qual o princípio do prazer teria domínio hegemônico, mas no que está além, fixando-o mais adiante desse princípio, no excesso. Excesso aquém da simbolização, do que vem antes do que pode ser nomeado e representado. Reino do econômico e do quantitativo, das descargas e dos afetos que burlam travessamente

interpretações e significações. Nesse contexto, deparamo-nos com o indeterminismo das forças pulsionais, que encontram múltiplos e variados destinos. Todo esse processo evidencia a dimensão econômica como essencial ao psiquismo, e privilegia o impacto de intensidades que encaminham a subjetividade para a inquietação e para a invenção, exatamente para tentar conter esse jorro de energia que transborda no aparelho psíquico (Birman, 2001).

Embora as idéias freudianas tratem do excesso, este ainda encontra-se ligado à pulsão de morte, e não como impulso inerente à vida. Para além do inconsciente freudiano, defrontamo-nos com um inconsciente maquínico proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari, que não deve ser pensado como mito ou linguagem, mas como uma fábrica, uma usina, atando o desejo a fluxos. Contrapondo-se a um inconsciente reducionista povoado por sujeitos, objetos, projeções, introjeções, imagens e faltas, emerge um inconsciente composto por focos de *non-sense*, impulsionado pela coexistência permanente das diferenças, e gerido pela lógica das intensidades. Inconsciente da produção, inconsciente das máquinas de desejo, de natureza processual, que não se esgota na novela privada dos genitores e sua descendência. Infinitamente inventivo, esse inconsciente está sempre disposto a potencializar, a transformar, enfatizando o singular. Composição pulsante que resvala por variações energéticas, fundada por uma pulsão nômade; campo do indizível, do invisível. Inconsciente maquínico da subjetividade molecular:

A subjetividade de que se trata aqui não tem nada a ver com uma palavra que habitava o mundo, ou com um formalismo transcendental, um simbólico, que o animaria para a eternidade. Nem arquetípico, nem estrutural, nem sistêmico, o inconsciente, tal como eu o concebo, procede de uma criação maquínica (Guattari, 1988, p. 151).

Nessa perspectiva, podemos abordar a clínica psicanalítica como um dispositivo centrado na força e na intensidade dessa pulsão nômade, calcada no indeterminismo dos afetos e das descargas. Mesmo que as forças psíquicas trabalhem em algum momento para a eliminação ou o abrandamento da tensão, não nos esqueçamos que a subjetividade

advém desse jogo pulsional e não consegue estancar o excesso que escapa à representação. A respeito dessa não-submissão da pulsão à palavra, ao simbólico, podemos afirmar que:

A formulação da pulsão como excesso traumático não representado assinala uma autonomia da pulsão em relação à representação, que revela, para além do sujeito da representação inconsciente, um sujeito de intensidade pulsional não mais garantido pela ordem simbólica, uma vez que o circuito pulsional não se inscreve no simbólico de maneira imediata (Neri, 2002, p. 21).

Esse excesso inominado, não-representado, pressiona o sujeito em direção ao movimento da vida, à criação, sem compromissos e sem promessas. Experimentar o intensivo, engendrar a potência da vida, criar um novo território existencial que incorpore essas intensidades, deixar proliferar experiências singulares, isso é o que esse “resto” exige da subjetividade. Cabe ressaltar que as multiplicidades, que compõem não só a subjetividade, mas toda a realidade, circulam entre o campo do extensivo e o campo do intensivo. A dimensão extensiva cristaliza as multiplicidades em arborescências, hierarquias e representações, e coexiste com a dimensão intensiva, do inconsciente maquínico, que compreende uma multiplicidade fluida, e abre-se para a dimensão das intensidades, promovendo o novo. Enquanto o extensivo é povoado por sujeitos, idéias, teorias e representações, enfim, por formas, o intensivo é habitado por forças, movimentos, devires. Plano de organização e plano de consistência, respectivamente, esses dois planos possuem uma relação permanente: o que está estratificado encontra-se mergulhado em uma dimensão inacabada; por outro lado, essa dimensão informe incute uma diferença intensiva a tudo o que já está estabelecido. É nesse jogo do intensivo e do extensivo que o sujeito e seus encontros se localizam, que os agenciamentos, como composições do desejo, se realizam.

Preocupado com os fenômenos de repetição, e produzindo em cima desse impasse, Sigmund Freud aborda de outra maneira a experiência psicanalítica, não mais enfatizando a interpretação e sua atividade de tornar consciente o inconsciente, mas a necessidade dessa experiência suportar o impacto assíduo das forças das pulsões, e sobretudo sustentar

não só o que as palavras não podem dizer, e no nosso entender, o intensivo que germina no espaço analítico. Fica claro, portanto, que pensar a clínica psicanalítica por essa vertente implica também repensar o conceito de transferência, que com certeza não é somente um meio para se chegar às representações recalçadas, desvelando o sentido oculto dos sintomas do cliente, mas vai além da reedição de conflitos infantis atualizados na relação com o analista. A atualização existe, sim, mas de outra forma. O estado de potência pulsional inerente à subjetividade, como virtualidade, atualiza-se no encontro terapêutico. O que existe potencialmente atualiza-se em um devir outro, em um devir estranheza, abrindo-se para o mundo, promovendo acontecimentos.

Segundo Lévy (1996), o virtual não se caracteriza pela ausência de existência na realidade, mas corresponde ao que existe em potência e não em ato, a um aglomerado de forças que acompanha situações. Nesse sentido, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual, que é a resposta a essa potência, a essa força. Contudo, o virtual nunca está presente, desprende-se dos acontecimentos apenas no instante em que se realiza, em que “acontece”. Produtor de efeitos, o virtual inventa espaços e tempos.

Todos nós possuímos nossas problemáticas, nossas tensões e nossas forças, que são inerentes à nossa existência. Tornar o virtual atual é exatamente configurar-se de uma nova maneira, transformar territórios e modos de estar no mundo, produzir devires, passagens geridas por relações de exterioridade, que por sua vez nutrem retroativamente as virtualidades. A relação entre o atual e o virtual é incessante: por um lado o atual remete ao virtual, uma vez que a ele responde, que o atualiza, que possibilita seu intercâmbio com outros termos; por outro lado, o atual possui seu próprio virtual em relação estreita com o que foi atualizado, com o que foi produzido pelo virtual. Atual e virtual remetem constantemente um ao outro, coexistindo no plano de imanência. Atualizar é inventar uma saída onde não havia, desatar o nó problemático que naquela circunstância a estrangulava. A virtualização, por sua vez, realiza a atividade contrária à atualização, movimentando-se do atual ao virtual, potencializando forças, em um percurso irreversível de problematização, a partir da solução dada, em direção a um outro

problema. A atualização parte do virtual, produzindo singularidades, parindo o atual, como resultado dos deslocamentos das forças virtuais.

Nesse raciocínio, o acontecimento, guiado pelo desejo que não possui falta nenhuma, mas é pleno de si, atualiza o virtual e dá consistência ao que ocorre no molecular, no invisível. Como convocação para a criação via atualização das linhas de virtualidade, o acontecimento situa-se “entre” as relações, no “meio” das conjunções nômades, permitindo a expressão das singularidades. “Acontecer” implica em desterritorializar, em abandonar temporariamente a dimensão extensiva da nossa subjetividade, renunciando ao nosso “eu” para tornar-se devir, experimentando dessa maneira a processualidade da vida. Vale lembrar que o acontecimento é sempre imprevisível, produzido nos encontros, e faz as subjetividades tornarem-se diferentes.

O intensivo, em cujo âmago as linhas de virtualidade se atualizam, sustenta a experiência analítica, colocando os fluxos da força pulsional em movimento, levando a potência ao ato, deixando existir o que já estava ali. Virtualidade que se expressa na multiplicidade e não se reduz a um individual nem a um universal, mas está relacionada a singularidades. Singularidades fluidas que só se encontram por acaso, sem que nenhuma causa efetue esses encontros. Acreditamos que a transferência é mediadora da possibilidade de experimentar, de dar corpo a essa intensidade pulsional, para inventar novos caminhos para o afeto, onde outrora só havia angústia. O analista deve ter sensibilidade e delicadeza para confirmar e favorecer esse alguém e além-dele que passa por meio dele, afirmando sua disponibilidade mediante a acolhida desse jogo pulsional e a experimentação da densidade transferencial a que o cliente o convoca (Cavalcanti, 2001; Reis, 2002).

Assim, a transferência é a força que realiza deslocamentos e metamorfoses, que movimenta o circuito pulsional, estabelecendo conexões invisíveis e potentes, que têm efeitos na subjetividade. Esse dispositivo clínico, compreendido como força pulsional, ultrapassa o poder simbólico e centra-se na tessitura dos excessos pulsionais, das intensidades, amparada pelo plano do intensivo. Tessitura produzida a

quatro mãos, ou a quantas sejam – pelo cliente e pelo analista. Essa abordagem engendra uma linha de fuga ao determinismo da associação da energia pulsional à representação no inconsciente, uma vez que é impossível prever os acontecimentos psíquicos e seus destinos.

O pensamento freudiano que enfatiza o excesso inominado, não representado, reino do afeto, funciona como um intercessor, com a noção de inconsciente maquínico apresentada anteriormente. A partir da ênfase no quantitativo, podemos insistir no inconsciente como portador de uma fluidez intensiva, complexidade indeterminada a ser experimentada. Nesse sentido, o inconsciente é visto como algo que funciona ativa e positivamente, por fluxos e quantidades incontrolláveis, jogando com o acaso criador, favorecendo mutações, conexões e agenciamentos. Potência do indizível e do invisível, que é um espaço social e político a ser conquistado, calcado na produção desejante coletiva: “o inconsciente não é um teatro, mas uma fábrica, uma máquina de produzir; o inconsciente não delira sobre papai-mamãe, ele delira sobre as raças, as tribos, os continentes, a história e a geografia, sempre um campo social” (Deleuze, 1992, p. 180). Inconsciente intensivo que não se curva nem ao mito e tampouco à clausura individual-familiar, mas que é pura afirmação maquínica da vida.

Orlandi (1995) salienta que os textos deleuzianos passam por temas psicanalíticos, trazendo-os para uma nova trama conceitual ao deslocar a pulsão radicalmente para além da representação, para o âmbito da produção desejante, resgatando o processo primário como o modo por excelência do funcionamento da realidade. Dentro de um raciocínio que atesta a primazia da positividade, reafirmamos que o desejo deve ser abordado em sua dimensão processual, maquínica, que sustenta tanto a subjetividade quanto toda uma gama de afetamentos que assolam essa subjetividade. Para além do princípio do prazer, deparamo-nos com o processo contínuo do desejo positivo, com estados inéditos e estranhos, carregados de intensidades.

Trabalhar com famílias implica comportar todas essas forças em busca da singularidade inerente a cada sintoma no território

familiar. Território em que inconscientes maquínicos se entrecruzam transversalmente e imanentemente. O sintoma, pensado a partir da leitura freudiana dos afetos, exposta acima, enuncia o subversivo, o que escapa, correspondendo também a um excesso disruptivo que transborda no psiquismo, instalando-se no coletivo. Todavia, na maioria das vezes, antes de ser inventividade, possibilidade, possui um uso defensivo. O sintoma familiar usualmente envolve grande sofrimento psíquico por parte de todos os membros do grupo. Esse sofrimento é assíduo, sobretudo porque no espaço contemporâneo é nessa rede social que a grande parte dos sujeitos garante alguma convivência.

A potência da vida possui uma dimensão criadora, intensa, heterogênea, que estala nos encontros efetuando agenciamentos, produzindo acontecimentos via afirmação de singularidades. Todavia, no nosso entender, essa potência encontra-se encapsulada em um circuito defensivo de repetição quando a família produz um sintoma. Nesse sentido, a vibração intensiva que se localiza no sintoma e subverte a ordem familiar – a composição dos papéis e funções dos membros da família, a distribuição da sua rotina – cristaliza-se, estratifica-se, submete-se ao extensivo, empobrecendo o território familiar, que se torna enfraquecido pela ânsia da mesmice e do igual, e indisponível para suportar o movimento e as diferenças. Ao invés dessa vibração atuar como uma diferença que remete a outra diferença, ela é usada dessa maneira como defesa contra a mutação própria da vida.

Abordar esse uso defensivo nos conduz ao trabalho de Rolnik (1995). Investigando como se dá a construção dos sintomas nas subjetividades, a autora pontua que aqueles funcionam por meio de uma persistência na referência identitária. Essa perseverança atua como um sedativo contra o mal-estar vivido no movimento existencial de estar, podendo vir a ser outra composição mediante um afetamento. Aqui o sintoma não emerge para a manutenção do equilíbrio, como na leitura sistêmica, ou como uma regressão a estados primitivos, como para a psicanálise familiar, mas aflora na recusa de se aventurar na processualidade inerente à vida. Sem perceber que o diferente já existe, eclode o sintoma, que corresponde também a uma estagnação, a uma

perda da expressividade das subjetividades, que negam veementemente a possibilidade de arriscar, de habitar novos territórios. Sustentado pelo pavor ao inominável, o sintoma na família pode ser entendido como resultado desse embate, operando por insistência no conhecido, por culto à referência identitária almejada e prometida. No centro dessa tensão, não encontrando canal de existencialização, o estranho atemoriza e eclode na família, provocando uma contra-reação na forma de um desajuste que ela insiste em extinguir, a despeito de utilizá-lo como proteção contra uma outra via de existencialização.

O sintoma é assim uma expressão do impedimento da motilidade da vida quando, a partir de uma ruptura de sentido, a família não consegue criar um modo para se expressar e atualizar os afetos que a perturbam em determinado momento. Fluxo encapsulado, represado e alimentado pelo pesar e pela angústia. Nessa postura mórbida de evitação e proteção, o grupo cria superfícies invisíveis de interações, tão repetitivas e sem criatividade que até mesmo as relações entre as subjetividades tornam-se comprometidas. Instala-se um buraco que absorve vorazmente as possibilidades, impedindo a atualização de virtualidades, a expressão da potência do grupo e enrijecendo a atmosfera como resistência. Com certeza, a vida conduz o núcleo familiar a rupturas de sentido, a desterritorializações, que em algum momento o fragilizam. Destituída de seu poder-potência, a família insiste em trazer à tona o “como era”, em um ensaio vão de conter o tempo, a história, os afetamentos, as interfaces maquínicas, a exterioridade das forças que nela atuam. Entretanto, fracassa nessa tentativa, pois já não é mais possível existir com as antigas referências identitárias. Novos fluxos percorreram-na, atravessaram-na, mas foram contidos. Presos e imobilizados, eles encontram a via de intensificação do sintoma. Já não dá mais para ser o que era. Também é muito arriscado lançar-se na aventura da experimentação, ousar vir a ser.

Para ocorrer a criação de um novo território existencial é necessário haver uma desterritorialização do escudo-sintoma, uma premência de expansão da vida. Quando a família cria um arranjo absolutamente novo atinge um princípio de individuação imanente e autônomo a partir

de si: autopoiese. A força é efetuada e um plano de consistência, de composição, também é criado, juntamente com a invenção de um novo território para que essa força se efetue. Conforme Guattari (1993), trata-se de – a partir de uma desterritorialização levada até o limite do suportável – engendrar territórios existenciais que se constituam por componentes heterogêneos e mutantes. Essa desterritorialização possibilita ao território existencial livrar-se do sintoma, que como repetição, caracteriza na verdade a negação da heterogeneidade desse território, a limitação de suas dimensões crescentes a um número reduzido, previsível e conhecido de conexões. Com esse desvencilhamento, precursor do novo, o grupo liberta-se de agenciamentos redundantes e arraigados, que passam a atuar para a cristalização do ser, para a destruição das singularidades, para a perda da diversidade, para a interrupção de linhas processuais da subjetividade.

Encarar essa processualidade certamente exige disponibilidades do terapeuta. Quem decide mexer com clínica não pode perder a capacidade de produzir territórios existenciais, a capacidade de fazer a vida respirar, de gerar atmosferas. A atmosfera da vida é a invenção de maneiras da vida passar, e de maneiras de ser passando. Não devemos solapar o território existencial da família, mas nos associarmos a ele, para juntos vivermos certa variação e alguma novidade. Devir algo que não sabemos, não se tornar algo, mas localizar-se na passagem para algo. Ter, dessa maneira, abertura para a composição de novas realizações que possibilitem a atualização das linhas de virtualidades e a intensificação da multiplicação dos processos de invenção, optando por encontros que enriqueçam os modos de subjetivação, as maneiras de existir, de estar no mundo, de fabricar o mundo, reinventando dispositivos de produção de subjetividades em todos os domínios da vida humana, propiciando a emergência de máquinas existenciais, engendradas na invenção ontológica, cujos movimentos incentivem relações de transversalidade.

Notas

1. Apesar de não haver consenso na diferenciação das escolas de terapia de família que seguem os diferentes modelos de ciência, Rapizo (1996) faz a seguinte distinção: as escolas estratégicas, que fundamentam suas práticas em conceitos de circularidade, controle e homeostase, e as escolas construtivistas, que se baseiam nos Novos Paradigmas.
2. Essas duas teorias são bem distintas e possuem conceitos bastante divergentes, tanto na maneira de compreender a subjetividade quanto na maneira de explicar o funcionamento familiar. A Teoria Sistêmica aborda o ser humano como produto das trocas comunicacionais que estabelece ao longo da vida. Já a Psicanálise aborda o homem como o ser da pulsão, que dá origem ao psiquismo, ser cindido, guiado por questões inconscientes. No entanto, em uma época de menos preocupação com a crítica da produção do conhecimento científico, essa junção foi não só possível como também produtiva.
3. A associação do prazer ora com a manutenção da constância do nível energético ora com a diminuição das tensões ao nível mais baixo, é polêmica na obra freudiana. Em alguns momentos o psicanalista encontra a solução na primeira afirmativa. Em outros, o princípio do prazer se opõe ao princípio de constância a serviço da pulsão de morte, uma vez que a tensão excessiva pode provocar tanto desprazer quanto prazer. Esse segundo raciocínio é examinado mais adiante. No entanto, cabe ressaltar que o prazer é sempre indicador da dimensão econômica, denunciando o destino dos fluxos quantitativos no psiquismo.
4. O conceito de desejo na psicanálise distingue-se daquele utilizado por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Para ela, o desejo - não tão trabalhado por Sigmund Freud, mas recolocado em primeiro plano na teoria psicanalítica por Jacques Lacan - ressalta a primazia da negatividade, estando sempre vinculado ao gozo impossível, à falta inerente e à descarga necessária. Sustentado pela estrutura triádica edípica, o desejo é responsável pela produção de uma subjetividade vinculada à cadeia de significantes. Entretanto, para os autores em questão, o desejo é pura positividade, não sendo propriedade de nenhuma subjetividade, mas se produzindo nas singularidades. Projetado no campo social é potência transformadora e produtiva, capaz de atos revolucionários (Deleuze e Guattari, s/d).

Referências Bibliográficas

- BIRMAN, J. (1996). Psicanálise, uma estilística da existência? Metapsicologia e pulsão nas diferentes leituras freudianas da experiência psicanalítica. In: _____. *Por uma estilística da existência*. São Paulo: Ed. 34.
- _____. (2001). O corpo, o afeto e a intensidade em psicanálise. In: _____. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BLEICHMAR, H. (1984). *Introdução ao estudos das perversões*: teoria do Édipo em Freud e Lacan. Porto Alegre: Artes Médicas.
- CAVALCANTI, M.M.T. (2001). Sobre transferência, servidão e liberdade: em torno da experiência psicanalítica. In: BEZERRA Jr, B.; PLASTINO, C.A. (orgs). *Corpo, afeto e linguagem*: a questão do sentido hoje. Rio de Janeiro: Contracapa.
- DELEUZE, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (s/d). *O anti-Édipo*: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio e Alvim.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.
- ELKAIM, M (org.). (1998). *Panorama das terapias familiares*. São Paulo: Summus. vol. 1 e 2.
- ESTEVES DE VASCONCELOS, M.J. (1995). *Terapia familiar sistêmica*: bases cibernéticas. São Paulo: Editorial Psy.
- FREUD, S. (1905/1976). Três ensaios sobre a sexualidade. In: _____. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. vol. VII.
- _____. (1920/1976). Além do princípio do prazer. In: _____. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. vol. XVIII.
- GUATTARI, F. (1988). *O inconsciente maquínico*: ensaios de esquizo-análise. Campinas: Papirus.

_____. (1993). Guattari na PUC: encontro de Félix Guattari com o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. *Cadernos de Subjetividade*. 1(1): 9-27.

LÉVY, P. (1996). *O que é o virtual?* São Paulo: Ed. 34.

MAGALHÃES, A.S. (2003). Transmutando a individualidade em conjugalidade. In: FÉRES-CARNEIRO, T. *Família e casa: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-RJ/Loyola.

ORLANDI, L.B.L. (1995). Pulsão e campo problemático. In: MOURA, A.H. (org). *As pulsões*. São Paulo: Escuta/EDUC.

NERI, R. (2002). O encontro entre psicanálise e o feminino: singularidade/diferença. In: BIRMAN, J. *Feminilidades*. Rio de Janeiro: Contracapa.

RAPIZO, R. (1996). *Terapia sistêmica de família: da instrução à construção*. Rio de Janeiro: Instituto NOOS.

REIS, E.S. (2002). Curar com a alma e com o mundo: fenômenos transferenciais e subjetivação. In: PLASTINO, C.A. (org). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contracapa.

ROLNIK, S. (1995). O mal-estar na diferença. *Psicanálise*. (3): 97-103.

SCHNEIDER, M. (1993). *Afeto e representação nos primeiros escritos de Freud*. São Paulo: Escuta.

ROBERTA CARVALHO ROMAGNOLI

Rua Terra Nova, 125 / 302 – 30315-470 – Sion – Belo Horizonte/MG

tel: (31) 3221-9813

e-mail: robertaroma@uaivip.com.br

recebido em 08/12/03

versão revisada recebida em 14/06/04

aprovado em 21/09/04